

A DIALÉTICA DO PODER NA CONTEMPORANEIDADE: A ESCOLA BRASILEIRA COMO ORGANIZAÇÃO

The Dialectics of power in the contemporaneity: the Brazilian school as an organization

Roger Marcelo Martins Gomes¹

¹Mestre em Psicologia pela UNESP – Assis, professor de História Contemporânea e História da Educação da Universidade Sagrado Coração.

GOMES, Roger Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização*. Mimesis, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

RESUMO

Neste estudo buscamos discutir as relações entre Poder, Organização e Escolas do Sistema Particular de Ensino brasileiro a partir do debate proposto no campo da psicossociologia, em fins do século XX e início do século XXI. Iniciamos este estudo discutindo o conceito de Organização e, em seguida, relacionamos esse conceito com as Instituições escolares para, finalmente, entender a Escola brasileira como fenômeno organizacional e a dinâmica do poder nessa Organização. Conclui-se que a Escola particular brasileira se consolidou em nossa realidade educacional como empresa no final do século XX e o poder que se processa nas Escolas como Organização possui um caráter relacional e dialético, isto é, o poder se exerce, como em outras organizações, nas contradições e mediações entre as estruturas sociais, econômicas, ideológicas e psicológicas, dando condições para situá-la entre o que chamamos de organização intermediária

Palavras-chaves: Poder. Organização. Escola. Contemporaneidade.

Recebido em: março de 2008

Aceito em: junho de 2008

ABSTRACT

This study we discuss the relationship between Power, Organization and Private Schools Education System of Brazil from proposed debate in the field of social psychology in the late twentieth and early twenty-first century. We began this study by discussing the concept of organization and then relate this concept with educational institutions to finally understand the Brazilian school as a phenomenon and organizational dynamics of power in this organization. We conclude that the Brazilian private school was consolidated in our educational reality as a company in the late twentieth century and the power that takes place in the school as an organization has a dialectical and relational character, the power is exercised, as in other organizations, the contradictions and mediations between the social, economic, ideological and psychological, providing conditions for placing it between what we call the intermediary organization

Kay Words: *Power. Organization. School. Contemporary.*

INTRODUÇÃO

Um dos problemas mais discutidos no campo da Educação brasileira no final do século XX é o descaso e o descompromisso do Poder Público com o Ensino brasileiro, principalmente, a partir da década de 60 quando o Estado brasileiro passou às mãos dos militares instituindo um regime político autoritário.

Houve por um lado, um processo de desvalorização do Ensino Público e desvalorização das condições de trabalho dos professores. O Ensino privado, por outro, cresceu e se estruturou oferecendo à classe média e a elite brasileiras condições que o Ensino Público não garantia mais como, por exemplo, um estudo que garantisse o acesso ao ensino universitário.

Entretanto, mesmo no Sistema Privado de Ensino as condições para o professor não melhoraram. Estes ficaram sujeitos às relações de exploração e poder numa lógica correspondente ao que passavam os trabalhadores de outras empresas do Sistema Capitalista no final do século XX e início do XXI. Como seria a relação e a dinâmica do poder nas Instituições particulares de ensino brasileiro nesse período? Qual a característica desse poder nas Escolas brasileiras?

Para entender esses questionamentos buscamos a definição de empresa capitalista moderna a partir do debate sobre Organização proposto por Chauí (1994) e principalmente Pagès *et al.* (1987) que

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização*. Mimesis, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

teorizaram a questão do Poder e Organização no campo da Psicossociologia. Em relação às Escolas e Organização nos embasamos em Ferreira (1993), Tragtenberg (1978). Gadotti (1989), Resende (1995), Nóvoa (1998), Paro (2000) e Gomes (2005) nos deram condições para discutir a dinâmica do Poder nas “Organizações Escolares”.

Se as condições da realidade de ensino brasileiro são profunda e amplamente debatidas quando trata-se do Sistema Público de Ensino, o mesmo não acontece com o Sistema Privado de Ensino. O Ensino privado ganhou forças e se consolidou no final do século XX, gerando uma quantidade enorme de questões e problemas educacionais, trabalhistas e sociais que merecem ser objetos de estudo e pesquisa.

A Organização como Sistema de Mediações

A Organização, segundo Chauí (1994), surgiu a partir dos anos 30 do século XX, quando houve uma mudança no processo social do trabalho que iria se espalhar em toda as relações sociais. O fordismo¹ foi determinante nesta mudança, padrão de organização de trabalho, no qual há controle total da produção, padronização dos produtos na linha de montagem, há controle científico e técnico pelo capital. Com o fordismo, introduziu-se uma nova prática nas relações sociais, conhecidas como Organização. Conforme Chauí (1994, p.103):

Organizar é administrar, e que administrar é introduzir racionalidade nas relações sociais (na indústria, no comércio, na escola, no hospital, no governo etc.). A racionalidade administrativa consiste em afirmar que não é necessário discutir os fins de uma ação ou de uma prática, e sim estabelecer meios eficazes para a obtenção de um objetivo [...] Organização é uma administração científica racional que possui lógica própria e funciona por si mesma, independente da vontade e da decisão de seus membros. Graças a essa lógica da própria Organização, é ela que possui o conhecimento das ações a serem realizadas e que conhece quais são as pessoas competentes para realizá-las.

1 O fordismo é um conjunto de princípios desenvolvidos pelo empresário norte-americano Henry Ford, em 1909, em sua fábrica de automóveis, com o objetivo de racionalizar e aumentar a produção. Era um método industrial, baseado na linha de montagem, num círculo de causa e efeito: baixar o preço do produto, aumentar a produção através do aumento da eficiência, resultando no aumento de vendas, que, por sua vez, permitiriam manter o baixo preço do produto.

A autora nos dá, portanto, uma conceituação introdutória e geral sobre Organização. A idéia de Organização como prática de relações sociais, constitui-se uma prática administrativa racional e eficiente. A Organização, possui uma característica fundamental que é cooptar os seus membros graças a uma lógica própria, como se tivesse vida e tornasse o indivíduo objeto de seus interesses. É uma definição que já nos permite captar a importância do poder nesta relação, na qual o indivíduo se submete e se identifica com os objetivos de cada empresa. Consideramos, porém, que o indivíduo numa relação organizacional é relativamente integrado, pois ele se produz subjetivamente e resiste a esta relação.

Recorremos também às posições de Pagès *et al.* (1987) que fizeram um investigação aprofundada sobre as grandes empresas, Organizações Hipermodernas que desenvolveram novos métodos de dominação nos anos 70 e 80 do século XX. Seus estudos sobre as diferenças entre Organizações Clássicas e Hipermodernas, mostram que enquanto nas Organizações Clássicas há um poder-dominação, na Organizações Hipermodernas há uma complexidade maior nas relações de poder, nelas produz-se um sistema que caracteriza o campo organizacional, um sistema que se fundamenta nas mediações das contradições entre trabalhador versus empresa e sistema capitalista. Vejamos o conceito destes autores que procuramos nos embasar:

A organização é um conjunto dinâmico de respostas a contradições. É realmente um sistema, mas um sistema de mediações que só pode ser compreendido pela referência à mudança das condições da população e das contradições entre os trabalhadores por um lado, a empresa e o sistema social, do outro. A organização não é, como pretende a teoria das organizações, um conjunto de dados, objetivos, capital, restrições, mão-de-obra, procedimentos etc., da qual nos limitamos a constatar a existência numa perspectiva positivista, e a estudar a ligações sistêmicas. (PAGÈS *et al.*, 1987, p.31)

A organização é a que se interpõe, sustenta-se e se produz entre as contradições de classe; atenua e evita os conflitos dos quais é sede, em um sistema social unificado. É nesta perspectiva que este estudo procura entender escolas particulares, como um fenômeno organizacional, inserido nas contradições de classe e como mediadora dos conflitos, na sociedade capitalista do final do século XX, em que o sistema de controle se modifica rapidamente em face do sistema produtivo e das condições de luta.

É importante destacar que a Organização enquanto sistema não pode ser entendida como uma simples relação e integração entre

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

as partes de um todo num movimento linear e progressivo como na proposta positivista. Para esses autores, considerando o contexto do final do século XX, devemos entender a Organização numa análise que a considere como um sistema vinculado à **noção de contradição**. Observemos o que Pagès *et al.* (1987, p.33) ressaltam sobre esta noção:

[...] nossa análise sistêmica é particular e difere da maior parte daquelas que se denominam de abordagem-sistêmica. Trata-se de uma análise sistêmica dialética, em que a noção do sistema é utilizada conjuntamente à da contradição. A organização e o sistema, ao se interpretarem a partir do conteúdo das contradições que lhes dão origem, o mantêm e o transforma. (PAGÈS *et al.*, 1987, p.33)

Nesta análise sistêmico-dialética, mais do que entender o papel mediador da Organização e dos dirigentes, interessa mostrar quais mediações são exercidas no interior das instâncias econômica, política, ideológica e psicológica das Organizações e a qual relação existente entre estas instâncias.

Nas Organizações do final do século XX, o poder opera através de um processo de *mediação, introjeção das contradições e consolidação ideológica*. A mediação é um processo que se coloca como aliança das restrições a vantagens oferecidas ao indivíduo. Os privilégios funcionam como um terceiro termo que vem ocultar a contradição entre os objetivos da empresa, o objetivo do sistema capitalista e os objetivos do trabalhador. A contradição é transformada e introjetada pelo indivíduo pela política da empresa. Este processo é consolidado pela produção de uma ideologia que oferece uma fonte suplementar de satisfação ao indivíduo. Dá a ele um valor à sua experiência, reforça os termos positivos do conflito psicológico, impedindo-o de irromper em um conflito externo.

A forma essencial de mediação é a antecipação dos conflitos. A Organização absorve e transforma as contradições antes que estas resultem em conflitos coletivos e, para os referidos autores, este tipo de mediação, é uma característica da empresa e da sociedade capitalista do final do século XX.

Na medida em que, na sociedade capitalista, o sistema produtivo se transforma rapidamente, requerendo mais habilidades e competências de seus trabalhadores, a contradição aparece, pois ao mesmo tempo a luta, a resistência e reação destes trabalhadores também se aprimoram. Seguindo esta lógica, temos um trabalhador mais hábil, por um lado e, por outro, mais resistente, o que leva as Organizações a sofisticarem ainda mais os seus meios de controle e domínio.

A Organização, então, para manter seu domínio diante das transformações e contradições em que está inserida no final do século XX, utiliza-se de um sistema coerente e global de mediações, que possibilita a centralização do controle sobre a relativa autonomia de seus membros. Este sistema coerente de controle está nas mediações econômicas, políticas, ideológicas e psicológicas.

Essas mediações das contradições seriam, resumidamente: no nível *econômico*, as organizações estabelecem aliança entre restrições e vantagens oferecidas ao indivíduo; no nível *político-administrativo*, possibilitam certa autonomia e exercem certo controle que regula o seu modo de dominação; no nível *ideológico*, desenvolvem a crença numa religião e a participação dos indivíduos na elaboração dos princípios; no nível *psicológico*, tornam-se local de angústia e prazer. Assim, o seu domínio está na sua capacidade de influenciar o inconsciente do trabalhador e ligá-lo a si, de forma quase indissolúvel.

Ao entender o conceito de Organização como um conjunto dinâmico de respostas às contradições que desenvolvem um sistema global de controle e dominação sobre os seus membros, consideramos um importante questionamento de Pagès *et al.* (1987) que se torna fundamental. Atentemos para a indagação destes autores:

[...] podemos nos perguntar como e por que os indivíduos se deixam assim destituir de poder, por que deixam a organização resolver por eles e em benefício dos objetivos aos quais ela se presta nas contradições da vida social. (PAGÈS *et al.*, 1987, p.38)

A partir deste questionamento, poderíamos incorrer na interpretação simplista de que apenas a Organização exercendo um domínio sobre os indivíduos e estes se sujeitando aos seus interesses, entretanto, os autores vão além, procuram compreender como os indivíduos se resignam e também resistem, como reproduzem a Organização e como se produzem enquanto sujeitos nessa dialética do poder das Organizações.

As definições sobre organização de Chauí (1994) e Pagès *et al.* (1987) nos dão, portanto, elementos para entender o fenômeno. Tomando por suporte teórico a Organização como sistema de mediações, a noção de sistema vinculado à de contradição, a mediação como antecipação dos conflitos, o sistema global de controle e dominação, procuramos entender neste estudo as escolas como um fenômeno organizacional no campo do trabalho no final do século XX e início do século XXI.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

A escola vista como organização

Alguns autores apresentam definições de Escola como Organização, enfocando as relações de poder. Ferreira (1993, p. 193), por exemplo, define a Escola como Organização burocrática e explica desta forma:

O que importa ressaltar é que também as escolas se organizam, cada vez mais, segundo os princípios típicos da administração burocrática. Em tese, a escola é regida por normas legais (leis, portarias, decretos e o Regimento Escolar) que se pretendem gerais, universais e impessoais.

Este autor expõe duas críticas à administração burocrática na Escola. A primeira seria o fato de que a burocracia pode se tornar obstáculo à democratização do poder na Escola e no sistema de ensino. A segunda é a reificação do comportamento humano gerada pela administração burocrática. Esta ao penetrar nos mais variados setores da vida social, impõe uma série de regras, às quais desrespeitar é caminho para punição:

O desrespeito às normas é duramente reprimido, pois representa uma grave ameaça à estabilidade organizacional. Com isso o homem perde a espontaneidade, a criatividade e conseqüentemente a liberdade. A busca da eficiência máxima acaba desumanizando o homem. (FERREIRA, 1993, p.194)

O referido autor, criticamente, mostra os resultados da burocracia na vida organizacional, relaciona a Escola a uma Organização burocrática, na qual a hierarquia se solidifica e passa a ser legitimada pelo domínio de um saber específico e racional. Sendo as posições superiores da hierarquia ocupadas pelos mais habilitados, seu saber acaba por legitimar o poder, conferindo-lhes o direito de mandar.

Outra definição de Escola como Organização, fundamental para nosso estudo, é a de Tragtenberg (1978), que considera os problemas da burocracia escolar e a situa como uma Organização complexa. Assim como Chauí (1994), para ele a Organização é produto da expansão da técnica e a ampliação da divisão do trabalho no Capitalismo. Tragtenberg (1978, p.15) define a Organização moderna desta forma:

A organização moderna é a instituição onde se realiza a relação de produção que constitui a característica de todo sistema social, é o mecanismo de exploração e se rege pela coerção e

manipulação. A substância da organização não é um conjunto funcional, mas sim, a exploração, o boicote e a coerção.

Nesta definição, percebemos a manifestação do poder-dominância como forte componente da Organização. Para o referido autor, a Escola como Organização complexa tem como objetivo formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho, porém capacitados para modificar seu comportamento em função das mudanças sociais. Para tanto, é necessária uma burocracia pedagógica que viabilize este objetivo da educação.

A estrutura burocrática do ensino na esfera nacional se desenvolve em três níveis: organização do pessoal, programas de trabalho, inspeções e exames. Mas também atinge, no âmbito microescolar, “uma burocracia de *staff* (diretor, professores, secretário) e de linha (serventes, escriturários, bedéis). O relacionamento *staff* e linha varia muito com o grau de escola, se médio ou superior” (TRAGTENBERG, 1978, p.18). Se este autor ainda trata a Organização como poder-dominância, ele nos permite, porém, trabalhar a questão da complexidade das relações de poder no âmbito microescolar.

Ao situar a escola como uma organização complexa, este autor aponta seu papel na sociedade, assim como outros tipos de Organizações o fazem na conservação da estrutura de poder e na desigualdade social existente pelo seu discurso de racionalidade. Notemos como a Organização exerce seu poder operando sobre os corpos dos indivíduos e o que resulta desta operação:

As organizações complexas traduzem o real numa linguagem simples, transcrevem os corpos em signos. As organizações complexas traduzem o corpo em signos. Realizada a operação, o que sobrou do corpo original? Ele desaparece na nova representação. A organização toma como interlocutor o corpo que ela produziu, ela define, para nós, o emprego do tempo e do nosso corpo. No fim do processo, o corpo nada mais é do que um signo num conjunto de signos que formam as malhas organizacionais. (TRAGTENBERG, 1978, p.23)

Esta idéia de Organização que realiza um processo concomitante de destruição e unificação de um homem dividido em seu trabalho, isolado no seio da mesma e reagrupado no interior das imagens organizacionais, demonstra como nas Escolas o poder circula, mantendo os indivíduos ligados aos seus interesses, garantindo assim a substância da Organização – a exploração e o controle.

Se o tratamento da Escola como Organização é motivo de muitas discussões no final do século XX, Ferreira (1993) e Tragtenberg (1978), permitem-nos situar diretamente a Escola como fenômeno

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

organizacional e mostram como o poder circula neste campo. Dão-nos condições de compreender a Escola como Organização. Entretanto, se a Organização é uma nova prática de relações sociais que possui uma lógica própria, uma racionalidade administrativa, como poderíamos considerá-la sistema de mediação para a manutenção do poder? Em que contexto as escolas particulares brasileiras se fortalecem como uma racionalidade administrativa eficaz? Em que momento a escola particular brasileira emerge como fenômeno organizacional determinada pela lógica do capital e dos interesses privados?

As escolas particulares como fenômeno organizacional

Não pretendemos fazer um inventário histórico sobre as origens das Escolas Particulares no Sistema Educacional brasileiro, o que seria motivo para outro estudo. Antes, pretendemos entendê-las como num contexto histórico em que se firma o descompromisso do poder público no final do século XX e início do século XXI, degradam-se as condições objetivas da educação brasileira e se fortalecem os interesses privados e empresariais, firmados no discurso da administração competente e eficaz, consolidando a Escola Particular como um fenômeno organizacional.

Este processo, segundo Gadotti (1989), estudioso da educação brasileira, concretizou-se a partir da década de 70. É com o Regime Militar que se deterioram as condições de ensino, abrindo caminhos para a iniciativa particular, que apoiava esta política autoritária. Vejamos o que ele aponta:

Por volta de 1953 um professor dava, em média, 12 aulas por semana. Tinha tempo de dar suas aulas expositivas, corrigir trabalhos, acompanhar seus alunos, etc. E o salário era compensador. O professor tinha poucos alunos. Ser professor era ter um status social correspondente ao do médico, ao do advogado. Na década seguinte a carga horária passou para 24 aulas. A política educacional do regime militar está exigindo, já há mais de 10 anos, 44 aulas semanais para o professor, que deve correr de instituição em instituição, disputando aulas sem saber se vai conservá-las no ano seguinte. Além de ser uma profissão instável e sacrificada, é mal paga. Chegamos em 1979, com o mais baixo salário da década, e com professores ministrando 70 aulas por semana. (GADOTTI, 1989, p.124-125)

É importante ressaltar que esta degradação que permeia atualmente em todo o Sistema de Ensino, conforme o autor, inicia-se no Ensino Público e o professor, desde aquele momento, foi colocado numa situação de exploração e sofrimento, que o tornou em um dos pontos frágeis do sistema de opressão capitalista. Além dessa situação, afirma Gadotti (1989, p. 125), “o índice de neuroses dos professores é o mais elevado de todas as categorias sociais.”

Toda esta degradação se vinculava ao descompromisso do Regime Militar com a educação, que acabou favorecendo aos interesses do capital e usando uma estratégia muito simples, ao abrir as portas para o Ensino Particular, isto é, criou um sistema dual de ensino, que vai da pré-escola à Universidade, conforme este autor aponta:

O regime militar construiu neste país um sistema dual de ensino: o ensino particular e o ensino oficial. Um não pode viver sem o outro. É porque o Estado boicotou a educação e não oferece educação para todos que o ensino particular prospera, rende, se mantém. E é porque se constituiu no país uma vasta rede de ensino particular que o Estado vê-se desobrigado de dar educação para todos e prepara uma elite intelectual para as necessidades de expansão interna do capitalismo. O Estado dá educação superior para aqueles que teriam condições de pagar e o nega para aqueles que não têm condições de pagar. O que não pode pagar paga duas vezes: paga através dos impostos e das mercadorias que consome, e paga igualmente a instituição que lhe fornece a instrução: a educação tornou-se um negócio lucrativo. E nos negócios da educação, os educadores são os proletários explorados. (GADOTTI, 1989, p.126)

Fazia parte da estratégia do Regime Militar atrelar a educação a um modelo de desenvolvimento capitalista dependente sem investir nela, daí a privatização do ensino. A privatização na educação tornou-se, então, um processo irreversível e expansivo nas décadas seguintes. A escola particular, principalmente no seu Ensino Médio, passou a ser a porta de entrada da classe média e elite à Universidade pública, e como disse o autor, preparava uma elite intelectual para as necessidades do capitalismo. Nesta educação voltada para o mercado, as Escolas Particulares, como um negócio lucrativo, excluem os que possuem menos condições econômicas e proletariza o professorado, assumindo um papel alternativo, embora conservador, no sistema de ensino nacional.

As Escolas Particulares, na concorrência do mercado, assumiram o discurso da qualidade e da racionalização do ensino. Para tanto, muitas apresentam uma administração eficiente e desburocratizada, um material didático normalmente apostilado, capaz de tornar o alu-

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização*. Mimesis, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

no competente para o vestibular, um ambiente mais agradável e uma série de componentes técnicos que as colocam em vantagem frente à Escola Pública e até a outras particulares concorrentes.

Todo este processo, esta estrutura de mercado, passou a vigorar e a se intensificar nas décadas de 80, 90 e início do século XXI, com o movimento do capital e com a política neoliberal, adotada pelos últimos governos brasileiros. Assim, podemos afirmar que “os aspectos cotidianos, ligados ao desenvolvimento produtivo social e político, adquirem grande relevância, de forma que a educação reflete as relações sociais mais gerais, nos espaços educativos e, particularmente, na escola.” (RESENDE, 1995, p.36)

Ainda nesta perspectiva histórica, de entender a escola inserida nas relações sociais mais amplas, encontramos Nóvoa (1998), que discute os caminhos que as escolas têm assumido em relação ao seu meio, a educação, e o mal-estar dos professores nestes últimos tempos, gerando uma crise de identidade. Observemos como sua reflexão vem corroborar as contradições históricas que apontamos, na escola, nestas últimas décadas:

Racionalização, proletarização e privatização do ensino são aspectos diferentes de uma mesma agenda política que tende a olhar para a educação segundo uma lógica economicista e a definir a profissão docente segundo critérios essencialmente técnicos. Segundo esta tendência, a saída da crise de identidade dos professores far-se-ia através de uma espécie de nivelamento por baixo, de um esvaziamento das aspirações teóricas e intelectuais do professorado, de um controlo mais apertado da profissão docente. Hoje em dia, esta perspectiva está presente em grande parte dos programas de formação inicial e de formação contínua dos professores, bem como muitas das medidas de política educativa tomadas no contexto da vaga reformadora dos anos 80/90. (NÓVOA, 1998, p.23)

Dessa forma, quando pensamos no poder das Organizações Escolares, pensamos também na determinação econômica, social e política de seu exercício, isto é, o poder nas Escolas Particulares reflete as relações sociais mais amplas como, por exemplo, os princípios de competência e eficiência da ideologia capitalista neoliberal em suas práticas cotidianas. “A educação e todo jogo de poder que a cerca são aquilo que a organização social indica” (RESENDE, 1995, p.42), portanto urge captá-la historicamente.

Esta condição histórica da escola e também de seu poder pode ser muito bem vista em Paro (2000) que trata da administração escolar como um instrumento de conservação ou transformação social, dependendo dos objetivos aos quais se propõe:

A Administração Escolar não se faz no vazio, realizando-se, em vez disso, no seio de uma formação econômico-social, e sendo, portanto, determinada pelas forças sociais aí presente [...] ao mediar a exploração do trabalho pelo capital, a administração capitalista se mostra extremamente conservadora, na medida em que contribui para a perpetuação, tanto no nível econômico, quanto no nível político, da dominação que a classe detentora dos meios de produção exerce sobre o restante da sociedade. (PARO, 2000, p.123-124)

O autor faz a análise deste caráter conservador que se evidencia ao aplicar na Escola Pública a administração capitalista. Traz à tona o debate entre os teóricos da Administração Escolar que, apesar de evidenciar as peculiaridades da escola em relação à empresa, acaba assumindo este tipo de administração, garantindo assim a manutenção do *status quo*.

No caso das Escolas Particulares, a administração é claramente capitalista, uma vez que, conforme constatamos em Gadotti (1985, p.123), seus objetivos se vinculam aos interesses empresariais, a um negócio. “A educação entre nós, graças à política educacional do regime militar, tornou-se um negócio, uma traficância”

Como empresa, a Escola Particular aplica métodos e técnicas adotados pelas empresas capitalistas, desenvolvem o controle do trabalho alheio e a racionalização do trabalho como meio eficaz de acumulação do capital. Toda esta mecânica define o caráter social conservador da Escola Particular. O que para Paro (2000, p.129) acontece nas Escolas Públicas de forma escamoteada, na Escola Particular, se dá de forma clara e direta. Vejamos:

A administração capitalista teve origem e foi elaborada a partir dos interesse e necessidades do capital, estando, em decorrência disso, tanto na empresa produtora de bens e serviços, onde ela foi engendrada, quanto na sociedade em geral, onde ela cada vez mais se dissemina, comprometida com os objetivos e interesses da classe capitalista [...] não se pode esperar, por isso, que essa administração não continue, na escola, servindo, a esses propósitos da classe hegemônica, que são nitidamente a favor da preservação do status quo.

Este autor, bem como Gadotti (1985) e Nóvoa (1998), trata da deterioração das atividades no interior da escola nestas últimas décadas, da desqualificação profissional do educação e relaciona esta degradação com a administração mediadora do capital e do trabalho:

[...] na medida em que não interessava à classe detentora do poder político e econômico, pelo menos no que diz respeito à

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização*. Mimesis, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

generalização para as massas trabalhadoras, mais que um ensino de baixíssima qualidade, o Estado, como porta-voz dos interesses desta classe, passou a dar cada vez menor importância à educação pública. (PARO, 2000, p.131)

Neste contexto, podemos afirmar que o ponto de partida dessa desqualificação não foi a preocupação com a eficiência da escola, mas a desatenção para com a degradação de seu produto. Assim, as Escolas Particulares poderiam demonstrar, na lógica do neoliberalismo, algo que a Escola Pública não possui mais: a eficiência, a competência, a qualidade e uma administração racional que produz resultados na educação. Assumindo uma posição alternativa, embora conservadora, a Escola Particular se coloca como uma administração racional eficaz que pode atender aos objetivos da educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Escolas particulares brasileiras são um fenômeno organizacional quando partimos da idéia de Chauí (1994), que entende a Organização como uma nova prática de relações sociais, principalmente quando considerando suas características de eficiência, competência e racionalidade administrativa, determinadas pela condição histórica, características estas que são evidentes nas Escolas particulares.

Nelas encontramos também um sistema de mediações às contradições que mantém o seu poder e seus objetivos econômicos. Mas este sistema de mediações possui características próprias da realidade escolar. “O fato, por exemplo, do professor ser um trabalhador que domina um saber, leva as escolas utilizarem de mecanismos de controle e domínio específicos para mantê-lo, pelo menos, relativamente integrado”. (GOMES, p. 94, 2005)

Gomes (2005) considera forçoso e equivocado classificá-la rigidamente a partir do ponto de vista que Pagès et al (1987) utilizam sobre as Organizações do Sistema Capitalista atual. Para eles, como vimos, temos dois tipos de Organização, a moderna ou Clássica e a Hipermoderna. Numa perspectiva psicológica, na Clássica, o poder é mais identificável, está nas mãos dos gestores e os indivíduos investem diretamente na figura deles. Na Organização Clássica o poder se dá de forma hierárquica e coercitiva.

Na Organização Hipermoderna, o poder circula nas estruturas firmadas entre Organização e indivíduo, é um sistema dialético que expressa as inovações do Sistema Capitalista. Os indivíduos nestas Organizações se deparam com mecanismos de controle que levam à identificação, à projeção e à introjeção da organização e seus investimentos psicológicos se dão sobre a Organização que é impessoal.

Conforme Gomes (2005), nas Escolas Particulares, como fenômeno organizacional, existem estas duas formas de poder. Há duas formas de ameaças inconscientes, sobre as quais recaem as identificações dos professores. A primeira como organização-pai, a ameaça se dá pela ordem, obediência, punição o que remete simbolicamente à identificação ao pai e à angústia de castração. A identificação com a direção ou coordenação, as punições por não cumprir a regras do ensino privado e a demissão, como expusemos, são formas de ameaça e de dominação da organização escolar castradora. A segunda, como organização-mãe, desenvolve um ideal de perfeição, cujo modelo é a sociedade e a própria organização, e de a adesão a princípios a uma lógica abstrata, cujas causas são a gratificação e o desprezo que “simbolicamente remetem à oferta de amor e à retirada do amor da mãe” (PAGÈS et al., 1987, p.156).

Constatamos que estas características das Organizações Escolares fazem parte de um sistema social mais amplo, são determinadas pela sua condição sócio-histórica, garantindo as relações de mercado e um papel conservador, como dizem Gadotti (1989), Paro (2000) e Tragtenberg (1978), na manutenção do status quo, quando reproduz um ensino direcionado especificamente para o mercado e quando torna o indivíduo integrado nas relações de poder.

REFERÊNCIAS

- CHAUI, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FERREIRA, R.M. **Educação e poder**: sociologia da educação. São Paulo: Moderna, 1993.
- GADOTTI, M. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- GOMES, R. M. M. **Angústia e prazer nas relações de poder das organizações escolares**. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização*. Mimesis, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

GOMES, Roger
Marcelo Martins. *A dialética do poder na contemporaneidade: a escola brasileira como organização. Mimesis*, Bauru, v. 29, n. 2, p. 69-83, 2008.

NÓVOA, A. **Relação Escola-Sociedade**: “Novas Respostas para um velho problema”. In: Serbino, R. V. et. al. (org.). *Formação de professores*. São Paulo: Unesp, 1998.

PAGÈS, M. et al. **O poder das organizações**. Trad. Maria Cecília Pereira Tavares e Sonia Simas Favatti. São Paulo: Atlas, 1987.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RESENDE, L. M. G. de. **Relações de poder no cotidiano escolar**. Campinas : Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

TRAGTENBERG, M. **A escola como organização complexa**. In: Garcia, W. E. (org.). *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. Rio de Janeiro : Mc Graw-Hill do Brasil, 1978.